

Observatório Nacional

sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão

POVOS INDÍGENAS E ODS 15

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Agosto 2020

Sumário

Grupo de índios isolados faz contato em aldeia do Acre em meio à pandemia da Covid-19	3
Covid-19 acossa bebês Yanomami enquanto STF cobra de Bolsonaro atenção completa a indígenas	5
Marcados para morrer: invasores sobem tom de ameaça ao povo Pankararu	7
Casas de indígenas Gamela são incendiadas no Piauí.....	9
Brasil quer reativar organização para recuperar protagonismo internacional na Amazônia	10
'Dia do Fogo' completa 1 ano sem presos nem indiciados; impunidade incentiva destruição da Amazônia	13
Um ano após "dia do fogo", Amazônia segue em chamas	16
'Dia do fogo' em 2019 gerou poucas multas ambientais	19
Índios mundurucus acusam PM de matar dois jovens no AM	21
Governo suspende operação de combate a garimpos ilegais em terra indígena no Pará.....	24
Redução da biodiversidade favorece o surgimento de novas pandemias	25
Devastação da Amazônia prejudica chuvas e ajuda Pantanal a bater recorde de queimadas.....	27
Funai tenta entrar em terra indígena durante pandemia para liberar linhão, mas é impedida por índios	30
STF mantém decisão para que governo adote proteção a indígenas	33
Exército sabia dos pontos de maior risco de devastação da Amazônia, mas falhou no combate	34
Salles quer mudar meta prevista para 2023 de preservação ambiental da Amazônia	38
'É inaceitável a inação do governo federal em relação a invasões em terras indígenas', diz Barroso	40

Grupo de índios isolados faz contato em aldeia do Acre em meio à pandemia da Covid-19

Homens, mulheres e crianças apareceram em área do rio Envira onde não há barreiras sanitárias instaladas pelo governo e sem a presença de Funai e Sesai

Daniel Biasetto

15/08/2020 - 14:49 / Atualizado em 17/08/2020 - 12:48

RIO - Um grupo de índios isolados fez contato com a [aldeia](#) Terra Nova, onde vivem os Kulina Madiha do rio Envira, na fronteira do Acre com o Peru. Relatos feitos ao GLOBO pelo cacique Cazuzza Kulina dão conta de que, há mais ou menos uma semana, um índio chegou sozinho à aldeia e pernitoou na casa de um morador. Um dia depois, de acordo com Cazuzza, homens, mulheres e crianças (estimados entre 10 e 20 [indígenas](#)) também chegaram. O contato, considerado raro por indigenistas, acontece em meio ao momento de maior risco desses povos por conta do avanço da [Covid-19](#) dentro das florestas.

Por não terem memória imunológica para resistir às mais simples gripes, esses povos originários correm risco de serem dizimados caso sejam contaminados. O GLOBO apurou junto a moradores da aldeia Terra Nova que há índios kulina com sintomas de tosse, dor de cabeça e cansaço.

De acordo com Cazuzza, os índios isolados foram embora levando alimentos (macaxeira, banana e milho), panelas, machado e algumas peças de roupa, cobertas e redes. A área onde vivem os Kulina Madiha é um dos pontos da Amazônia na qual não existe barreiras sanitárias instaladas pelo governo federal.

- Eram muitos, todos nus, havia crianças e mulheres também. Todos brabos (isolados). Foi a primeira vez que eles apareceram por aqui - afirmou o cacique, que fala na língua Madiha e encontrou dificuldades para se comunicar com eles. Cazuzza não soube identificar a qual grupo ou etnia pertencem os índios que estiveram na aldeia. Ele disse apenas que os homens usavam linha amarrada ao pênis (cinto peniano, comum entre algumas etnias) e não estavam armados. Eles teriam vindo de um lugar conhecido como Igarapé Maronal, no Alto Rio Humaitá. Eles teriam levado ainda garrafas e pedaços de vidro para cortar cabelo.

Em 2014, houve contato de outro grupo de índios isolados também no rio Envira com Ashaninkas que vivem na Terra Indígena Kampa, do qual participou o sertanista José Meirelles. Esses novos indígenas que apareceram fazem parte de um dos 28 grupos com registros confirmados em todo território nacional. Outros 86 estão em estudo.

Os kulina se ressentem da ausência de agentes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). A região onde acontece este contato é uma das áreas apontadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) como crítica no documento entregue à Sala de Situação criada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, para discutir o avanço da Covid-19 e a ameaça aos povos isolados durante a pandemia.

'Morte em 24 horas'

Considerado uma das maiores autoridades quando se trata de povos indígenas isolados, o ex-presidente da Funai Sydney Possuelo afirmou que isso mostra o total descaso das autoridades para a questão indígena no momento mais delicado vivido por eles.

- Se eles tiveram contato, mínimo que tenha sido, já podem estar contaminados, não precisa nem levar roupa, basta uma tosse, um espirro. E nem falo de coronavírus, falo de gripe simples. Eles podem morrer em 24 horas.

Possuelo diz que essa "inoperância" da Funai na pandemia tem sido a marca registrada dessa gestão.

- Onde está a coordenação de povos isolados e de recente contato? Cadê um servidor experiente, especializado no assunto, que ainda não está lá acompanhando isso? - questiona Possuelo, que afirma ter sido o criador da Frente de Proteção Etnoambiental do rio Envira.

Procurada, a Funai diz que ainda apura o caso. De acordo com o órgão, uma "equipe está no local para qualificar as informações e que tem atuado para evitar qualquer risco de contágio a essas populações". Porém, O GLOBO ligou neste sábado no orelhão da aldeia e confirmou que nenhum servidor havia chegado.

O GLOBO também procurou o coordenador de índios isolados e de recente contato da Funai, o missionário Ricardo Lopes Dias, mas ainda não obteve retorno. A coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena do Juruá, responsável pela área, Iglê Monte da Silva, não quis comentar a situação.

Protocolos de emergência

Na semana passada, [Barroso determinou que o governo federal complemente o plano de barreiras sanitárias para povos indígenas isolados](#) e de recente contato, apresentado como medida para evitar o avanço da contaminação da Covid-19 nas aldeias. O ministro atendeu a um pedido da Advocacia Geral da União (AGU), que alegou ter deixado de incluir um estudo da Apib "por falta de tempo hábil".

O relatório da Apib aponta diferenças significativas entre barreiras sanitárias, que requerem protocolos e estratégias sanitárias, e as Bases de Proteção Etnoambiental (BAPes), que já existem e fazem a defesa do território. O plano do governo foi criticado por ser genérico demais, na avaliação de especialistas convidados pela Apib a compor a Sala de Situação.

Médicos e indigenistas defendem que a existência de BAPes não dispensa a montagem de barreiras sanitárias. Eles também questionam a ausência da ação do governo para implementar a Portaria 4094/2018, que prevê Planos de Contingência a serem elaborados pela Funai para situações de contato, mas que ainda não foram sequer apresentados.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/grupo-de-indios-isolados-faz-contato-em-aldeia-do-acre-em-meio-pandemia-da-covid-19-24588573>

EL PAÍS

[PANDEMIA DE CORONAVÍRUS](#)

Covid-19 acossa bebês Yanomami enquanto STF cobra de Bolsonaro atenção completa a indígenas

No fim de semana, cinco crianças da etnia foram removidas às pressas de sua aldeia por suspeita da doença e levados a São Gabriel da Cachoeira (AM). Quatro confirmaram ter o vírus

JOANA OLIVEIRA

SÃO PAULO - [12 AGO 2020 - 20:41 BRT](#)

A aldeia Maiá, de indígenas Yanomami, localizada no Estado do Amazonas, fica a dois dias de barco da cidade mais próxima, [São Gabriel da Cachoeira, que também é a cidade mais indígena do Brasil](#) (90% da população). Se for época de seca, a viagem fluvial pode levar até quatro dias. Em caso de urgência, um helicóptero leva uma hora para chegar à cidade. Foi assim que cinco bebês Yanomami, todos menores de dois anos, tiveram que ser levados às pressas para serem internados com suspeita de [covid-19](#) — um caso foi descartado e os demais confirmados para a doença— e quadros de desidratação severa. “Quem levou esse vírus para lá, meu Deus?”, questionou, surpreso, o pediatra José Antonio Candeia, do Hospital de Guarnição (HGU), gerido pelo Exército, que recebeu as mães com seus bebês.

Em meio ao avanço do novo coronavírus entre os povos originários, o Supremo Tribunal Federal (STF) trava uma batalha com o Governo de [Jair Bolsonaro](#) para obrigar o Executivo a tirar do papel medidas de proteção às comunidades indígenas. Na última sexta-feira (7/8), o ministro do STF [Luis Roberto Barroso](#) determinou que o Governo complemente o Plano de Barreiras Sanitárias para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIIRC), destacando a necessidade de definições mais precisas dessas barreiras, considerando as particularidades de cada povo, e prevendo ações imediatas. Barroso atendeu a pedido da própria Advocacia Geral da União (AGU), que afirmou não ter contemplado as demandas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) por falta de tempo hábil.

“A Apib considerou que o plano apresentado era insuficiente para proteger povos isolados. É um plano ineficaz, que trabalha com conceitos técnicos equivocados”, afirma o advogado Eloy Terena, ele próprio indígena, que obteve no Supremo a garantia de medidas de proteção aos [indígenas durante a pandemia](#). O Governo considerou, no plano enviado, que as Bases de Proteção Etnoambiental, usadas para proteção territorial, seriam equivalentes a

barreiras sanitárias. “Mas a barreira sanitária não é apenas física, ela deve incluir, por exemplo, os protocolos elaborados por médicos que trabalham com comunidades indígenas”, explica Terena. As barreiras devem conter, por exemplo, equipamentos de proteção, protocolos de quarentena, redução da movimentação de equipes e monitoramento epidemiológico.

A aldeia do Maiá, de onde os [bebês Yanomami foram removidos](#) para internação, é uma das 750 comunidades indígenas na região mais preservada da Amazônia, na tríplice fronteira com Venezuela e Colômbia. Em torno de 90% desse território já foi contaminado pelo novo coronavírus e pelo menos 60 mortes de indígenas por covid-19 foram registradas, de acordo com Marivelton Barroso, coordenador da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). “O pico foi em junho. Agora, os contágios estão diminuindo. Os remédios caseiros e a sabedoria tradicional dos nossos povos foram nossa salvação”, diz ele. O líder indígena destaca, no entanto, que a situação dos Yanomami é “alarmante”.

“O maior desafio é a logística. Faltam estruturas adequadas e transporte de remoção. Se um Yanomami precisar ser removido com urgência do território, há apenas um avião à disposição do DSEI [Distrito de Saúde Especial Indígena, estruturas do Ministério da Saúde] do maior território indígena do país”, diz Juliana Radler, [assessora do Instituto Socioambiental \(ISA\) na região](#). Com 9,6 milhões de hectares distribuídos em oito municípios dos estados do Amazonas e Roraima, o Território Yanomami abriga 26 mil pessoas.

Como o único helicóptero que atende a esse território fica em Surucucu, Roraima, as crianças da Aldeia Maiá tiveram de ser transportadas em uma aeronave do Exército. Graças a isso, hoje recuperam-se bem. “Os bebês fizeram reposição de sódio e potássio para tratar a desidratação, causada por [um surto de diarreia na terra indígena](#). Essas doenças predominantes na primeira infância dos Yanomami podem se agravar com a covid-19. Mas uma característica desse povo é que eles têm rápida recuperação quando recebem o tratamento adequado”, diz a enfermeira Eliane Sanches, que acompanhou as mães e seus filhos.

O novo coronavírus já infectou 24.246 indígenas e matou 664 —são 146 os povos afetados—, [de acordo com a Apib](#). Já a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, que não contabiliza os indígenas que vivem em zonas urbanas, considera que são [18.404 infectados e 322 óbitos](#). No Brasil, [a doença já matou oficialmente 104.201 pessoas](#). Enquanto a pandemia avança, as lideranças cobram do Governo ações efetivas de proteção. “Não é só colocar intenções no papel. Não é só colocar no papel?

Onde estão as barreiras sanitárias? Onde está a fiscalização para coibir as invasões às nossas comunidades? O STF não deveria ter que obrigar o Governo a cumprir o que a própria Constituição já determina”, afirma Marivelton Barroso. Procurado pela reportagem, o Planalto não se manifestou sobre a questão.

A Aldeia Maiá, de indígenas yanomami, localizada no estado zonas, fica a um dia (ou dois, dependendo da embarcação) de barco da cidade mais próxima São Gabriel da Cachoeira, que também é a cidade mais indígena do Brasil (90% da população). Se for época de seca, a viagem fluvial pode levar até três dias. Em caso de urgência, um helicóptero leva uma hora para chegar à cidade. Foi assim que cinco bebês yanomami, todos menores de dois anos, tiveram que ser levados às pressas para serem internados com suspeita de covid-19 —apenas um caso foi descartado— e quadros de desidratação severa. “Quem levou esse vírus para lá, meu Deus?”, questionou, surpreso, o pediatra José Antonio Candeia, do Hospital de Guarnição (HGU), gerido pelo Exército, que recebeu

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/covid-19-acossa-bebes-yanomami-enquanto-stf-cobra-de-bolsonaro-atencao-completa-a-indigenas.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200813

CIMI

10/08/2020

Marcados para morrer: invasores sobem tom de ameaça ao povo Pankararu

Contrariando a justiça, ex-posseiros avançam sobre território indígena em Pernambuco e perseguem lideranças; Funai segue de braços cruzados

POR NANDA BARRETO, DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI

Sob constantes ameaças de invasores de suas terras, há tempos o povo Pankararu não sabe o que é viver em paz. Eles temem pela segurança da comunidade e reivindicam providências do governo federal. A cada novo caso de violência, lideranças acionam autoridades e indicam o risco iminente de confronto. No final de julho, uma placa instalada dentro do território demarcado acendeu um alerta: nela estavam expostos mais de 10 nomes de indígenas marcados para morrer.

O conflito tem raízes no processo de desintrusão da terra. Situada nos municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, no sertão pernambucano, a demarcação da Terra Indígena Pankararu é uma luta que perpassou gerações. “Foram [mais de 70 anos lutando](#) na justiça por nosso território. Nós vencemos em todas as instâncias, mas existe um grupo de posseiros que não aceita a soberania da decisão judicial”, salienta um indígena que prefere não se identificar.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acompanha a situação desde 1982. “Muitos dos posseiros que invadiram as terras indígenas moravam às margens do Rio São Francisco e foram vítimas da barragem de Itaparica. Nós do Cimi, junto a outras organizações, sempre trabalhamos para que os posseiros tivessem seus direitos assegurados, fossem indenizados e saíssem do território”, sustenta Ângelo Bueno, da equipe de Pernambuco do Cimi Nordeste.

E foi o que aconteceu: os invasores receberam indenização do Estado. No entanto, algumas famílias se recusaram a sair do território. A expulsão deste último grupo de invasores foi realizada em 2018 pela Polícia Federal. Os indígenas guardam o acontecimento com pesar. “Era para ser uma retirada de boa, mas eles não aceitaram de jeito nenhum. Foi muito feio e triste. Nós não queríamos isso. Na época, até divulgamos uma [nota lamentando a truculência da polícia](#)”, recorda outra indígena.

De lá para cá, os Pankararu tem enfrentado um cotidiano que qualificam como “terrorismo psicológico”. Práticas como a derrubada de árvores, cortes de cercas e devastação de hortas têm sido comuns. “A gente acorda e encontra nossas plantações destruídas, as frutíferas e árvores sagradas no chão. Eles deixam bilhetes nos amedrontando. Já tivemos casas alvejadas com tiros nas nossas aldeias. É uma situação muito ruim. A gente não tá bem. A gente vive atormentado. Esperamos que a justiça seja feita e possamos, finalmente, ter sossego”, lamenta a indígena.

As lideranças receiam o derramamento de sangue. “Eles andam livremente pelos nossos territórios. E nós sabemos que ele têm armas de fogo. Uma hora isso vai explodir. Sempre que sofremos uma violência, registramos mais um Boletim de Ocorrência na polícia. Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação, cobrando a responsabilidade do governo federal na proteção das nossas terras e das nossas vidas”, sustenta um dos indígenas que teve seu nome grifado na placa.

Luta por justiça

No início de junho, à pedido do Pankararu, o procurador da República no município de Serra Talhada, André Estima de Souza Leite, assinou um despacho cobrando a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal (PF) no caso. “A Funai precisa prestar assistência aos indígenas e fiscalizar o território. Ao Ibama cabe verificar o dano ambiental. E a PF tem o papel de apurar os crimes”, detalha Souza Leite.

De acordo com o procurador, a PF instaurou um inquérito – que corre sob sigilo. “É preciso estar alerta aos sinais de violência, para que não se agravem. Eu sou sertanejo e conheço o histórico de disputas por terra na região, sei como é a questão de vingança, o uso de armas. Estamos acompanhando de perto o trabalho que a PF vem fazendo e cobrando as instituições responsáveis”, garante o procurador.

Ângelo reitera a urgência do caso, sob o risco de as ameaças de morte se efetivarem. “Já existem nove lideranças Pankararu no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos aqui em Pernambuco. Nós sempre lutamos para que os direitos dos posseiros também fossem assegurados e isso já aconteceu. Eles não podem mais ficar criando esta situação de violência e insegurança na região. Isso não pode continuar assim. Isso tem que acabar”.

Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/08/marcados-para-morrer-invasores-sobem-tom-de-ameaca-ao-povo-pankararu/>

Casas de indígenas Gamela são incendiadas no Piauí

Agronegócio avança sobre territórios indígenas na região do Matopiba

POR NANDA BARRETO, DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI

A invasão de Terras Indígenas avança em meio à pandemia. No Piauí, indígenas Gamela tiveram suas casas incendiadas e hortas devastadas na comunidade Barra do Correntim, em Bom Jesus, a 635 quilômetros de Teresina. O fato ocorreu no final de junho. De acordo com lideranças, a prática está relacionada à grilagem, comum na região. “Aqui, grileiro vem de tudo que é lugar. É uma praga. Se espalha mais que o coronavírus”, sugere James Rodrigues dos Santos Gamela.

De acordo com James, não é a primeira vez que este tipo de violência acontece. “Eu mesmo já tive minha casa destruída com fogo. Eles falsificam os documentos e nos deixam sem nada, inclusive sem renda, porque nós vivemos da nossa roça, do milho, feijão, mandioca e outras coisinhas que a gente produz com muita pejeja”, sustenta. O líder indígena conta que os atingidos pelo incêndio ficaram desolados. “Eles deixaram o pessoal com a mão na cabeça, desesperados, sem ter pra onde ir”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) solicitou providências às autoridades. Em ofício encaminhado à Procuradoria da República no município de Corrente (PI), o assessor jurídico do Cimi Regional Nordeste, Daniel de Albuquerque Maranhão Ribeiro, detalhou o conflito e solicitou o acompanhamento do caso. “Assim como em todos os recôncavos do país, os povos indígenas lutam para sobreviver em meio a diversas dificuldades e violações de seus direitos e vidas”, salientou Daniel no documento.

O assessor jurídico reforçou que, no caso do povo Gamela, a comunidade sofre com a severa expansão da fronteira agrícola do empreendimento denominado de Matopiba – acrônimo das iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que se tornou, desde a década de 70, área de forte investimento do agronegócio. “Importa notar que a Fundação Nacional do Índio (Funai) nunca realizou o laudo antropológico e mapeamento completo do território indígena Gamela e que não há Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para atender os povos no Piauí”, pontua Daniel.

Além de apurar as violências sofridas pelos Gamela, o Cimi Nordeste requereu à Procuradoria medidas como a instauração de procedimento para a demarcação do território tradicional, o abastecimento de água à comunidade junto aos órgãos responsáveis, além da notificação da Funai e da Sesai para que assumam suas responsabilidades de proteção aos Gamela durante a pandemia. No dia 3 de agosto, um despacho do procurador Federal Anderson Rocha Paiva deu encaminhamento às solicitações.

Agronegócio predador

A antropóloga e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI) Carmen Lúcia Lima destaca que a ação dos grileiros encontra brechas na cultura do povo Gamela. “Os

Gamela geralmente permanecem num território por um tempo, plantando. Depois, eles deixam a terra descansando por um tempo e vão plantar em outro lugar, mas sempre retornam à roça anterior. No entanto, muitas vezes, quando voltam, encontram suas roças e casas destruídas”, lamenta.

Na avaliação de Carmen, é preciso ficar de olho no acirramento dos conflitos na região. “A situação é crítica. A cada dia que passa, o agronegócio ganha mais força e poder no Matopiba. Infelizmente, o que vemos é um Estado comprometido com os fazendeiros. Num estudo que fizemos, com imagens de satélite, fica evidente que os territórios dos Gamela são verdadeiras ilhas verdes em meio a um oceano de soja”.

De acordo com a professora, além da usurpação da terra, o agronegócio representa sérios danos ambientais. “Geralmente os fazendeiros têm as terras mais altas, mas os agrotóxicos que eles usam descem e contaminam as águas que a população e os animais bebem. Estamos agora num momento em que a situação se agrava, porque os fazendeiros estão em busca dos recursos hídricos dos baixões. E eles são violentos com os indígenas”.

Luta por Justiça

James ressalta que o povo Gamela está cansado de esperar justiça. “Nós precisamos que alguém olhe por nós. A Funai não está aqui. Na pandemia tudo piorou. A gente aciona a polícia mas eles fazem vista grossa. Eles só vem aqui quando é para acompanhar os grileiros”, desabafa. O Cimi Nordeste acompanha de perto os desdobramentos junto às autoridades responsáveis.

Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/08/casas-de-indigenas-gamela-sao-incendiadas-no-piaui/>

FOLHA DE S.PAULO

Brasil quer reativar organização para recuperar protagonismo internacional na Amazônia

10.ago.2020 às 17h42

Governo retoma pagamentos e recria comissão da OTCA, após avaliar que Colômbia ocupou liderança

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro trabalha para reativar uma organização multilateral que reúne países que possuem território na região da Amazônia numa tentativa de recuperar o protagonismo internacional que foi abandonado desde o início da atual gestão.

A avaliação de interlocutores ouvidos pela **Folha** é que, ao longo do ano passado, o Brasil perdeu relevância no debate internacional sobre a Amazônia. O espaço foi rapidamente ocupado pela Colômbia do presidente Iván Duque.

Na esteira da crise das queimadas em agosto de 2019, Duque convocou, no mês seguinte, uma reunião de líderes de países que têm território amazônico e organizou uma cúpula na cidade de Leticia (fronteira com o Brasil).

O colombiano capitalizou politicamente o encontro, transmitido ao vivo e realizado em uma cabana indígena na qual os líderes receberam adereços típicos e sentaram em tamboretas no chão.

Bolsonaro participou por videoconferência e enviou o chanceler Ernesto Araújo como seu representante.

O gesto de Duque foi visto por diplomatas e assessores internacionais do governo como uma tentativa do colombiano de ocupar um vácuo deixado de mão beijada pelo Brasil. Ao longo do último ano, eles argumentaram que não há razão para que o país com maior território amazônico deixe de ser o principal ator em qualquer ação multilateral relacionada à floresta.

O desinteresse do Brasil foi considerado ainda mais problemático com o fato de Brasília sediar justamente a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), que nos últimos anos vinha sendo relegada a um segundo plano e com a qual o governo acumulou uma dívida milionária em contribuições atrasadas.

Criada a partir de um acordo internacional assinado em 1978, a entidade reúne Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e tem por objetivo articular atividades conjuntas dos seus integrantes para o desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente na região.

A OTCA atuou, por exemplo, na instalação das primeiras estações de monitoramento de cobertura vegetal na Bolívia e no estabelecimento de protocolos conjuntos sobre como lidar com comunidades indígenas isoladas em locais de fronteira.

O Brasil está sob forte pressão de investidores internacionais em razão do aumento do desmatamento na Amazônia, o que tem preocupado autoridades sobre possíveis prejuízos comerciais e fuga de investimentos.

As queimadas de agosto

De acordo com relatos feitos à **Folha**, o vice-presidente, Hamilton Mourão, que preside o Conselho da Amazônia, se convenceu de que o Brasil precisa recuperar o terreno perdido na arena internacional e decidiu reforçar a OTCA.

Nesse sentido, espera-se a recriação nos próximos dias, por decreto, da comissão nacional permanente responsável por acompanhar a aplicação do tratado em território nacional.

O colegiado interministerial —que deve ficar sob o guarda-chuva de Mourão— havia sido eliminado com dezenas de outros conselhos que Bolsonaro decidiu extinguir no ano passado.

Além disso, Mourão articulou junto ao Ministério da Economia o pagamento de uma dívida que o Brasil tinha em aberto com a entidade.

O Brasil quitou nas últimas semanas cerca de US\$ 340 mil (R\$ 1,8 milhão) com a organização, mas ainda tem em aberto um passivo de aproximadamente US\$ 1,5 milhão (pouco mais de R\$ 8 milhões).

"Desde o primeiro momento, quando recriamos [em fevereiro] o Conselho [da Amazônia], uma das medidas prioritárias foi a reativação, o fortalecimento da OTCA", disse Mourão nesta segunda-feira (10), após participar de uma videoconferência sobre desenvolvimento sustentável.

Mourão e Bolsonaro participarão nesta terça-feira (11) de uma agenda com líderes da região amazônica.

O vice-presidente falará em um painel com ministros de países vizinhos e representantes de organizações internacionais, enquanto Bolsonaro estará na cúpula virtual com os presidentes da Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Guiana e Suriname.

A reunião é organizada pelo presidente colombiano, que quer marcar o primeiro aniversário da reunião em Leticia.

Diplomatas brasileiros, segundo relatos colhidos pela **Folha**, querem que qualquer declaração que saia da reunião destaque a importância da OTCA e que ela é o âmbito com a estrutura e expertise necessárias para levar adiante a cooperação regional na Amazônia.

No ano passado, o governo Bolsonaro resistiu em usar a OTCA como o principal fórum de articulação com os demais países amazônicos por uma disputa política.

Os representantes da Venezuela na organização são indicados pelo ditador Nicolás Maduro, que não é reconhecido como legítimo pelo Brasil.

Guiana e Suriname, no entanto, ainda se opõem à expulsão dos representantes de Maduro no órgão e à incorporação de indicados do líder opositor Juan Guaidó. A Bolívia tinha posição semelhante até a saída de Evo Morales do poder.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/brasil-quer-reativar-organizacao-para-recuperar-protagonismo-internacional-na-amazonia.shtml>

‘Dia do Fogo’ completa 1 ano sem presos nem indiciados; impunidade incentiva destruição da Amazônia

Por Daniel Camargos | 10/08/20

Inquérito da Polícia Civil conclui que fogo foi alastrado pelo vento; já investigação da Polícia Federal, que apreendeu documentos e celulares de empresários e fazendeiros de Novo Progresso (PA) não avançou – racha entre policiais e vínculo de suspeitos com políticos podem ter atrapalhado investigações

Ninguém foi preso ou sequer indiciado um ano depois do [‘Dia do Fogo’](#), ataque organizado por produtores rurais e empresários de Novo Progresso, que triplicou os focos de incêndio no sudoeste do Pará nos dias 10 e 11 de agosto de 2019. As investigações realizadas pela Polícia Civil e pela Polícia Federal ainda não apontaram os culpados pelo episódio, que foi organizado em um grupo de WhatsApp e contou com uma ‘vaquinha’ para comprar combustível e contratar motoqueiros para espalharem as chamas, conforme detalhou a **Repórter Brasil** em outubro do ano passado.

A devastação da Amazônia, que no ano passado atingiu níveis recordes da última década, despertou comoção mundial, mobilizando chefes de Estado a se posicionarem pela defesa da floresta. Neste ano, o período das queimadas na maior floresta tropical do mundo está só começando, mas [os dados dos satélites já revelam aumento em relação ao ano passado.](#)

Um dos combustíveis para aumentos sucessivos na destruição da floresta é a falta de punição, avalia a diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Ane Alencar. “A impunidade é o câncer que alastra o desmatamento e o fogo na Amazônia”.

A hipótese inicialmente investigada tanto pela Polícia Civil quanto pela Federal é a de que o “Dia do Fogo” foi organizado por empresários e fazendeiros de Novo Progresso, que chegaram a ser interrogados e tiveram documentos, celulares e computadores apreendidos na operação Pacto de Fogo, realizada pela Polícia Federal.

Entre os investigados, está o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Agamenon Menezes. Os pecuaristas pressionam áreas de reserva, como a Floresta Nacional do Jamanxim, para criação de pastagens. Somente em Novo Progresso, uma cidade de 25 mil habitantes, o rebanho é de 618 mil bois.

No entanto, o inquérito concluído pela delegacia de Polícia Civil de Novo Progresso afirma que o fogo naquele final de semana de agosto foi alastrado pelo tempo seco. Além disso, a Polícia Civil entendeu que as queimadas acontecem todos os anos. Apesar

de tramitar sob sigilo, a **Repórter Brasil** apurou com policiais que o inquérito não aponta suspeitos nem responsáveis.

A Polícia Federal, por sua vez, não concluiu a perícia nos equipamentos apreendidos na operação ‘Pacto de Fogo’. Também não finalizou o inquérito. “Estamos dependendo de análises dos conteúdos das mídias apreendidas. Infelizmente, com a pandemia tudo atrasou”, explica o delegado responsável pela investigação, Sérgio Pimenta.

Desde o ano passado, informações referentes ao inquérito da Polícia Federal não são encaminhadas para o Ministério Público Federal. O procedimento padrão é que as informações sejam compartilhadas com o MPF de três em três meses. O sentimento entre servidores da procuradoria é de desalento, apurou a **Repórter Brasil**. “Se esse inquérito ficar tanto tempo parado sem diligências vai ficar claro que não foi priorizado”, afirma uma das fontes entrevistadas pela reportagem, que pediu anonimato.

Já o inquérito da Polícia Civil foi encaminhado para a Justiça e para o Ministério Público — sem apontar responsáveis. A promotoria afirmou, em nota, que pediu a devolução dos autos para delegacia para: “cumprimento de diligências pendentes e necessárias para melhor análise do feito”. Não detalhou, contudo, quais são as diligências, alegando que o processo é sigiloso.

Um fator que atrapalhou as investigações, segundo relatos de policiais ouvidos de forma reservada pela **Repórter Brasil**, é que os fazendeiros e empresários da região são bem relacionados com deputados e senadores do Pará, principalmente os que integram a bancada ruralista, além de terem interlocução com o alto escalão do governo federal. Outro fator que também contribuiu para o atraso nas investigações é um racha entre os policiais civis e federais no Pará.

Disputa entre policiais e jogo de interesses

A briga começou quando três policiais federais foram presos por policiais civis e militares em Novo Progresso – e chegaram a passar uma noite na delegacia até serem devidamente identificados –, em novembro de 2018. A prisão provocou o afastamento de um delegado da Polícia Civil de Novo Progresso.

A disputa foi acirrada quando o delegado da Polícia Civil, Vicente Gomes, chefe da Superintendência da Polícia Civil do Tapajós, determinou que a delegacia de Novo Progresso não repassasse à Polícia Federal os depoimentos que haviam sido tomados na investigação do ‘Dia do Fogo’.

Gomes e outras autoridades da região fazem parte de um dos grupos de WhatsApp em que o ‘Dia do Fogo’ teria sido previamente combinado, chamado “Jornal A Voz da Verdade”, com 256 pessoas. Os detalhes do ataque incendiário, contudo, foram costurados em um grupo menor, chamado “Sertão”, com 70 integrantes, sem a presença do policial, conforme revelou a **Repórter Brasil**. À época da publicação da reportagem, Gomes afirmou que não iria comentar.

As investigações referentes ao “Dia do Fogo” também revelaram um descompasso entre as delegacias da Polícia Civil de Novo Progresso e de Castelo dos Sonhos (distrito de Altamira próximo a Novo Progresso). Enquanto os investigadores da delegacia de Novo

Progresso tomaram depoimentos de fazendeiros e empresários influentes da região, o delegado de Castelo dos Sonhos prendeu três trabalhadores rurais sem-terra com a alegação de que eles eram suspeitos de serem os responsáveis pelo ataque incendiário e sincronizado na floresta.

Os três sem-terra ficaram 50 dias presos e foram soltos por determinação judicial após a reportagem questionar os motivos da detenção. Uma das presas denunciava a presença de madeireiros clandestinos no assentamento em que viviam. “Quando os policiais chegaram na minha casa, pensei que eles vieram para prender os madeireiros, mas me prenderam”, contou para **Repórter Brasil**, em [reportagem publicada em outubro de 2019](#).

Discurso pró-destruição

A região afetada pelo “Dia do Fogo” envolveu territórios das cidades de Novo Progresso, Altamira, São Félix do Xingu e Itaituba. Naquele final de semana, os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectaram 431 focos de incêndio nas áreas das quatro cidades, o que representou 39% dos 3.026 focos de incêndio registrados em todo o Brasil no final de semana. As áreas mais atingidas foram a Floresta Nacional do Jamanxim e a Reserva Biológica Nascentes Serra do Cachimbo.

O acordo entre fazendeiros e madeireiros que resultou no ‘Dia do Fogo’ foi revelado em 5 de agosto de 2019 pelo jornalista Adécio Piran, do site paraense *Folha do Progresso*. Após a publicação, Piran ficou fora da cidade por dois meses por conta das ameaças de morte que recebeu. Desde maio, Piran é o Secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Novo Progresso.

Nas últimas décadas o país havia conseguido reduzir a área desmatada durante o período seco para cerca de 5 mil quilômetros quadrados na Amazônia. No último ciclo (entre agosto de 2018 e julho de 2019) a área destruída foi de 10 mil quilômetros quadrados. A previsão, segundo a diretora de Ciência do Ipam, Ane Alencar, é que entre agosto de 2019 e julho deste ano, a área destruída chegue a 15 mil quilômetros quadrados, de acordo com dados do Ipam. “É um reflexo da sensação de impunidade que estamos vivendo nesse governo”, afirma.

Para ela, além da impunidade, outro fator que explica os sucessivos aumentos na destruição da Amazônia é que os criminosos que queimam e desmatam a Amazônia passaram a ser estimulados por discurso e atos que incentivam a destruição — fortalecidos desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/dia-do-fogo-completa-1-ano-sem-presos-nem-indiciados-impunidade-incidentiva-destruicao-da-amazonia/>

MEIO AMBIENTE

Um ano após "dia do fogo", Amazônia segue em chamas

Crime ambiental organizado por fazendeiros e empresários no Pará completa 12 meses, e ninguém foi preso. Apesar de ação das Forças Armadas, número de focos de incêndio na Amazônia já é maior do que no ano passado.

-
- **Data** 10.08.2020
 - **Autoria** Nádia Pontes
-

Nos arredores de Novo Progresso, sudoeste do Pará, a fumaça das queimadas incomoda bastante quem vive na área urbana. A cidade de pouco mais de 25 mil habitantes está entre os dez municípios brasileiros com mais focos de calor em 2020, segundo indica o sistema de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Também entre as campeãs em desmatamento de 2019, Novo Progresso foi palco de um evento trágico organizado por fazendeiros, empresários, advogados e pessoas ligadas ao setor agropecuário que chocou o mundo: o chamado "dia do fogo", em 10 de agosto do ano passado.

Adécio Piran, jornalista do jornal *Folha do Progresso* que denunciou o plano, ainda vive sob ameaças, um ano depois. "Tive que recuar. Sou atacado até hoje", disse à DW Brasil por telefone.

Entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, para quando o grupo organizou o ataque ambiental, o Inpe detectou 1.457 focos de calor no estado. Um dia antes, 101 haviam sido contabilizados.

"Eles fizeram isso para mostrar que estavam aqui. A queima tinha que acontecer para chamar a atenção do presidente Jair Bolsonaro, uma forma de apoio a ele. Achavam que não haveria punição", detalha Piran, que, à época, acompanhou os bastidores do planejamento por meio de um grupo de conversas por aplicativo no qual a ação foi combinada.

Naquele mesmo mês, a Polícia Federal iniciou uma investigação para apurar a participação de produtores rurais e comerciantes no crime ambiental. Segundo o Ministério Público Federal do Pará, que acompanhou parte das investigações, o inquérito segue em sigilo.

Informações divulgadas durante a operação apontavam que os participantes fizeram uma "vaquinha" para dividir os custos do combustível para queimar a floresta. Motoqueiros também teriam sido contratados para espalhar a mistura inflamável pela mata.

Um ano depois, ninguém foi preso ou indiciado.

Onde o fogo arde

Em julho passado, uma equipe do Greenpeace sobrevoou as áreas mais afetadas pela ação organizada de 2019, como os arredores da BR-163 e São Félix do Xingu. Eles avistaram áreas completamente desmatadas, algumas já convertidas em pasto com atividade pecuária. Também encontraram regiões em fase de desmatamento, que podem virar cinzas em breve.

A ONG fez uma análise com base nos dados das queimadas obtidos pelos satélites do Inpe e em informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e descobriu que 49,9% dos focos de calor registrados no "dia do fogo" foram em propriedades rurais cadastradas.

"Na época dessas queimadas, o governo dizia que elas aconteceram na beira de estradas e que queimaram só pastos. Por isso fizemos essa análise, para entender o que aconteceu", diz Rômulo Batista, da campanha Amazônia do Greenpeace, em entrevista à DW Brasil.

Dos 478 imóveis identificados, pelo menos 66 tinham algum tipo de embargo prévio por crime ambiental, aponta o relatório, que analisou os cadastros das cidades de Novo Progresso, São Félix do Xingu, Itaituba, Altamira, Jacareacanga e Trairão. Desse total, 207 imóveis incendiaram áreas de floresta.

"Foi um ato político. Uma reunião de fazendeiros e pecuaristas como uma aprovação à política antiambiental de Jair Bolsonaro", analisa Batista.

Uma outra análise feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) debruçou-se sobre os dados de queimadas registrados em 2020 em toda a Amazônia. O estudo revelou que 50% dos focos de calor nos primeiros seis meses ocorreram em imóveis rurais médios e grandes.

"Outros 10% aconteceram em imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, que se somam aos 11% dos focos registrados em assentamentos rurais, contemplando agricultura de pequeno porte e familiar", explica a nota técnica.

O estudo mostrou ainda que, entre 2016 e 2019, cerca de 64% dos focos de calor foram detectados em áreas recém-desmatadas ou já convertidas para uso agropecuário. "É incontestável a relação entre as duas questões: a queimada é o passo seguinte da derrubada. Ainda há uma grande área desmatada na Amazônia no ano passado que não foi queimada, cerca de 4,5 mil km²", ressalta o documento.

Somado ao desmatamento de 2020, que atingiu níveis altos segundo o sistema de alerta em tempo real do Inpe, o potencial de estrago do fogo nesta temporada é considerado altíssimo.

Falta de fiscalização

As queimadas feitas como consolidação do desmatamento preocupam procuradores do Ministério Público Federal (MPF) que criaram a Força-Tarefa Amazônia, grupo de apoio que investiga crimes ambientais nos nove estados amazônicos há dois anos.

"Essas queimadas são a última etapa de um processo de aproveitamento econômico da madeira, de grilagem de terra. E esse tipo de queimada tem sido a causa do grande aumento visto nos últimos anos", afirma à DW Brasil Igor Spíndola, procurador e integrante da força-tarefa.

O trabalho do grupo para inibir o crime, porém, encontra diferentes níveis de barreiras. "Com esse governo, a gente tem tido dificuldades enormes impostas por quem deveria ser parceiro, como Ibama [Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], Funai [Fundação Nacional do Índio], governo federal, Ministério do Meio Ambiente. Eles acabam se transformando em inimigos", relata Spíndola.

Para o procurador, o atual governo tem reduzido a proteção ambiental e desconstruído órgãos de fiscalização, substituindo as ações de comando e controle por operações militares. "Isso é feito de uma maneira ilegal, pois a lei que transforma o Ibama em autarquia exige que o Ibama seja protagonista nas políticas de proteção ambiental. E ele está sendo descartado", critica.

Um levantamento feito pelo Fakebook.eco, iniciativa do Observatório do Clima e uma rede de organizações da sociedade civil para combater a desinformação ambiental, revelou que, até 31 de julho, o Ibama gastou apenas 20,6% dos R\$ 66 milhões autorizados para ações de fiscalização. É a execução mais baixa dos últimos anos.

A aplicação de multas também caiu: foram 3.421 autos de infração de janeiro a julho, uma queda de 52,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 2019, primeiro ano em exercício de Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, uma redução de 17% das multas ambientais havia sido observada.

Queimadas em alta

Questionado, o Ministério da Defesa respondeu à DW Brasil por meio de nota e informou que a Operação Verde Brasil 2, que prevê ações de prevenção às queimadas, "permanece ativa e atuante em toda Amazônia Legal". A nota não detalhou, porém, o número de equipes em campo nesta temporada e os locais onde atuam.

Em Novo Progresso, onde o crime ambiental de grande escala no Pará foi organizado no ano passado, não há viaturas disponíveis do Ibama para combater as chamas, disse Adécio Piran, jornalista da *Folha do Progresso*.

Dados dos satélites do Inpe mostram que, até 9 de agosto, 23.749 focos de calor foram detectados na Amazônia. Um aumento de 1% em relação ao mesmo período do ano passado, que teve 23.420 focos. E a temporada de queimadas está só começando: historicamente, o pico de registros acontece no mês de setembro.

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/um-ano-ap%C3%B3s-dia-do-fogo-amaz%C3%B4nia-segue-em-chamas/a-54519250>

'Dia do fogo' em 2019 gerou poucas multas ambientais

Greenpeace identificou fogo em floresta em 207 locais; 5% foram autuados

9.ago.2020 às 23h15

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO

Em 10 de agosto de 2019, no “dia do fogo”, ardiem em chamas as margens da BR-163, na região de Novo Progresso, Pará. Passado um ano e com as chamas voltando a crescer na Amazônia, poucos foram multados pelas queimadas que consumiram a floresta.

Uma investigação da ONG Greenpeace conseguiu identificar 478 propriedades onde ocorreram queimadas no “dia do fogo”. Delas, 207 registraram queimadas em área de floresta nos dias 10 e 11 de agosto —e somente 5,7% receberam autuações.

Os dados levantados pelo Greenpeace também apontam que metade dos incêndios do “dia do fogo” ocorreram dentro de propriedades com CAR (Cadastro Ambiental Rural). Isso significa que são áreas nas quais é possível identificar um proprietário e, assim, aplicar uma punição.

Ao sobrevoar os pontos que no ano anterior tiveram focos de calor, a equipe da ONG observou que praticamente todas as áreas que tinham florestas e foram queimadas já se transformaram em pastos.

“Apenas um ponto não tinha pasto. Nos outros, já tinha pasto e gado sendo engordado”, afirma Rômulo Batista, porta-voz da campanha de Amazônia do Greenpeace Brasil.

Além disso, a região, que tem forte atividade agropecuária, já se prepara para mais chamas, segundo Batista.

Nos sobrevoos, ele afirma ter sido possível observar leiras, montes de material orgânico formados por árvores derrubadas que ficam secando e são empilhadas para posterior queima. Desmatamento e queimadas andam lado a lado, com o fogo vindo a seguir da derrubada da mata.

Também foram identificados pontos com a floresta degradada. Basicamente, a ideia é tirar a vegetação que está abaixo da copa das árvores para que mais luz chegue ao chão da mata, o que recebe o nome de “brocar”. “Isso seca a matéria orgânica e ela fica mais suscetível ao fogo”, afirma Batista.

Segundo levantamento do Greenpeace, nos dias 10 e 11 de agosto de 2019, quase 40% (580) dos focos de calor na região foram em áreas de floresta. Houve ainda 53 focos em terras indígenas e 534 em unidades de conservação.

Nos dois dias em questão, o Pará registrou 1.457 focos de calor, o que representou um crescimento de 1.923% em relação ao ano anterior.

Ao olhar somente Novo Progresso, o salto de incêndios no “dia do fogo” continua considerável, em torno de 300%. Foram 124 registros no dia 10 e 203 no dia 11, o que criou uma densa nuvem de fumaça.

Altamira, que também está dentro da área de influência da BR-163, teve um salto considerável de incêndios no dia 10, 743%, com 194 focos. No dia 11, foram 237 incêndios detectados pelo Programa Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Os municípios fazem parte da lista que puxou as queimadas no Pará em agosto de 2019. Além deles, Itaituba, São Félix do Xingu, Jacareacanga e Trairão concentraram 79% dos focos de incêndio no Pará.

O crescimento repentino mostra que foi um ato orquestrado, segundo Batista.

As investigações das polícias Civil e Federal também apontam para isso. Segundo o inquérito, os principais suspeitos são fazendeiros, madeireiros e empresários da região. A polícia afirma que os responsáveis fizeram uma vaquinha para custear o combustível e contrataram motoqueiros para espalhar o líquido.

Um dos suspeitos ouvidos pela Polícia Civil foi Agamenon Menezes, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso. Ele negou a existência de conluio para a queima da floresta e atribuiu o fogo ao período seco.

O combinado para a realização do “dia do fogo” foi revelado em 5 de agosto pelo jornalista Adécio Piran, do site paraense Folha do Progresso. O repórter chegou a ter que deixar a cidade após ameaças de morte. Todo o movimento foi combinado em grupos de WhatsApp, um deles chamado Sertão e outro com o nome Jornal A Voz da Verdade, integrado por autoridades locais.

Ainda em 2019, o procurador Paulo de Tarso Moreira de Oliveira, do Ministério Público Federal em Santarém, que participou das investigações, adiantou à Repórter Brasil que poderia haver dificuldade em autuar os responsáveis. Segundo ele, um dos objetivos do “dia do fogo” era inviabilizar a fiscalização ambiental perante a grande quantidade de focos de incêndio.

“Investigamos se as lideranças locais se associaram para mascarar a identificação da autoria, porque não há fiscalização capaz de fiscalizar tantos focos ao mesmo tempo”, afirmou Oliveira à Repórter Brasil. “Dizer que não aconteceu o ‘dia do fogo’ é ignorar claramente as informações dos satélites.”

Enquanto as chamas avançavam na Amazônia — a ponto de escurecer os céus de São Paulo durante uma tarde—, Bolsonaro chegou a afirmar, sem apresentar provas, que ONGs poderiam estar envolvidas nos incêndios na floresta.

A preocupação para 2020 é que algo semelhante volte a acontecer. Com desmatamento crescendo constantemente, uma elevada quantidade de material desmatado no último ano ainda não queimado e com a política ambiental do governo Bolsonaro sem alterações, “tem tudo o que é necessário para outra grande época na qual as pessoas colocam fogo na Amazônia”, diz Batista.

Os dados de queimadas de junho e julho já pintam o cenário. Em junho, a Amazônia teve o maior número de queimadas desde 2007, com aumento de 20% em relação ao mesmo mês de 2019, segundo dados do Inpe. Em julho, o aumento chegou a 28% em relação a 2019, ano que chamuscou a imagem ambiental brasileira.

Além da Amazônia, o Pantanal também enfrenta um ano recorde de queimadas como jamais foi registrado pelos dados do Inpe.

Enquanto isso, mais uma vez, o presidente, em suas lives semanais, minimizou a questão do fogo na Amazônia.

A situação se torna ainda mais preocupante ao se considerar que os militares, pela GLO (Garantia da Lei e da Ordem), estão desde maio em ações na Amazônia, há uma moratória do fogo (com proibição de queimadas na Amazônia e Pantanal) e, mesmo assim, o desmate e os incêndios não arrefecem.

“O fogo não pega na Amazônia. É uma floresta tropical úmida. Para pegar fogo na Amazônia, você precisa que alguém risque o fósforo”, completa Batista.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/dia-do-fogo-em-2019-gerou-poucas-multas-ambientais.shtml>

FOLHA DE S.PAULO

Índios mundurucus acusam PM de matar dois jovens no AM

Corpo foi encontrado em Igarapé, e outro jovem segue desaparecido; após relatos de abusos policiais, juíza solicitou envio da Polícia Federal à região

7.ago.2020 às 20h36

Fabiano Maisonave

Monica Prestes

BRASILÂNDIA (MS) E MANAUS

A PM do Amazonas teria matado dois indígenas do povo mundurucu no município de Borba, a 150 km a sudeste de Manaus, segundo relatam familiares. Os assassinatos teriam sido uma represália à morte recente de dois policiais na região.

O crime teria acontecido na manhã da quarta-feira (5). Segundo moradores da aldeia Laguinho, Josimar Moraes Lopes, 26, e Josivan Moraes Lopes, 18, saíram de Borba por volta das 8h da manhã, rumo à cidade de Nova Olinda do Norte. O mais velho, transportador escolar, estava indo ao banco para retirar o salário, acompanhado do irmão, estudante.

Por volta das 10h, moradores ouviram seis disparos. Em seguida, passou uma lancha ocupada por PMs. Nesta sexta-feira (7), o corpo do Josimar foi encontrado no igarapé Bem Assim, dentro da Terra Indígena Coatá-Laranjal. Josivan continuava desaparecido até a conclusão deste texto.

“Eu quero justiça pelo que a polícia fez dentro da minha comunidade, dentro do meu rio, onde não deveria ter entrado sem autorização”, afirmou a cacique Alessandra Munduruku, tia dos jovens, via áudio de WhatsApp. “Nós somos indígenas, vivemos no mato, mas ninguém é animal para morrer desse jeito.”

O professor Emilson Frota Munduruku afirma que os PMs foram mortos no rio Abacaxis, bem distante da aldeia Laguinho, mas que a comunidade fica na rota para chegar ao local. “São policiais com raiva, com sangue nos olhos, com desejo de vingança”, disse o docente, mestrando em antropologia social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Procurada pela **Folha**, a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas disse que não havia informação sobre indígenas mortos na operação. Em nota emitida na noite de quinta-feira (6), informou que não recebeu denúncias sobre abusos policiais.

A pedido do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, a juíza federal Raffaella Cassia de Souza determinou nesta sexta-feira que a Polícia Federal envie um efetivo à região “em face dos potenciais abusos e ilegalidade relatados”.

A magistrada também decidiu que o estado do Amazonas “se abstenha imediatamente impedir a circulação dos povos indígenas e ribeirinhos na região, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil”.

Perseguição e abusos

Na quinta (6), o Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas já havia denunciado invasão de domicílio, condução ilegal, agressão e tortura, na frente do comandante-geral da PM, Ayrton Norte, de uma liderança ribeirinha.

Seria uma resposta à morte dos PMs, ocorridas durante ação no rio Abacaxis, na segunda (3). Segundo a Secretaria de Segurança Pública, eles foram baleados

durante um confronto com traficantes. Outros dois policiais militares ficaram feridos.

No dia seguinte, a secretaria enviou para a região um reforço de 50 policiais militares liderados pelo comandante-geral da Polícia Militar, Ayrton Norte. Foi quando começaram as denúncias de abusos policiais contra os ribeirinhos e indígenas.

Entre os abusos, os PMs teriam torturado o presidente da Associação Nova Esperança do Rio Abacaxis (Anera), Natanael Campos da Silva. Ele teria sido detido e liberado horas depois, com vários hematomas de agressão pelo corpo e pelo rosto.

Segundo Silva, ele foi chamado a um hotel em Nova Olinda do Norte para ajudar nas investigações, mas ao chegar lá foi acusado pelo comandante da PM do Amazonas, Ayrton Norte, de estar encobrindo os traficantes suspeitos de terem atirado nos policiais.

“Depois me levaram pra um lugar mais afastado e começaram a me bater. Eram uns dez policiais e o comandante lá, assistindo. Pararam um pouco, depois teve outra sessão numa lancha chamada Arafat. Meteram um saco plástico na minha cabeça e me perguntavam quantas pessoas estavam envolvidas. Eles ficavam falando que eu não ia escapar”, disse a liderança à **Folha**, por telefone. A detenção e a tortura teriam durado duas horas.

Pesca ilegal

Segundo o MPF, os conflitos no rio Abacaxis foram provocados por uma pescaria esportiva sem licença ambiental com a participação do secretário-executivo do Fundo de Proteção Social (FPS) do governo do Amazonas, Saulo Moysés Rezende, dentro de uma área de proteção federal de uso tradicional de povos indígenas e ribeirinhos, no dia 23 de julho, em plena epidemia de Covid-19.

Os ribeirinhos e indígenas relataram ao MPF que duas embarcações, de nome Dona Dorva e Arafat (esta sendo a lancha usada pelos PMs na operação policial), entraram sem autorização na área da reserva com pescadores a bordo e foram impedidas de ficar no local pelos moradores.

A versão dos pescadores, entre eles o secretário-executivo do FPS, foi outra. Em depoimento à polícia e entrevistas à imprensa local, dizem que os comunitários, após impedirem a entrada deles no rio, tentaram roubá-los e atiraram contra eles. Rezende teria sido atingido no ombro.

Cerca de uma semana depois, aconteceu a primeira operação no rio Abacaxis, com o envio de 21 policiais de Manaus. Além de pesca ilegal, a região tem registro de garimpo e tráfico de drogas.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/indios-mundurucus-acusam-pm-de-matar-dois-jovens-no-am.shtml>

Governo suspende operação de combate a garimpos ilegais em terra indígena no Pará

Ministro do Meio Ambiente esteve na região nesta semana para acompanhar o andamento da operação

Leandro Prazeres

06/08/2020 - 13:00 / Atualizado em 06/08/2020 - 17:28

BRASÍLIA – O Ministério da Defesa anunciou nesta quinta-feira a suspensão das operações de combate a garimpos ilegais na Terra Indígena Munduruku, no Oeste do Pará. A suspensão foi anunciada um dia após um grupo de garimpeiros protestar contra a operação e pedir ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que ela fosse suspensa. Em nota, o Ministério da Defesa disse que está trazendo uma comitiva de representantes da região para uma reunião em Brasília.

As operações de combate a garimpos ilegais no Oeste do Pará vinham ocorrendo há algumas semanas como parte da operação Verde Brasil 2, coordenada pelo Ministério da Defesa. Fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vinham destruindo equipamentos e desmontando garimpos na região que é conhecida como um dos principais polos de mineração ilegal do país.

Na quarta-feira, [Salles foi a Jacareacanga](#), um dos municípios da região, acompanhar o andamento da operação. Ao desembarcar no aeroporto da cidade, ele se encontrou com garimpeiros indígenas e não-indígenas que pediram que ela fosse suspensa. Os garimpeiros chegaram a invadir a pista e impediram a decolagem de uma aeronave militar que dava suporte à operação.

Segundo a nota enviada pelo Ministério da Defesa, as operações na Terra Indígena Munduruku foram suspensas para “reavaliação”.

“O Ministério da Defesa reitera que a Operação Verde Brasil 2, de combate a delitos ambientais na Amazônia Legal, continua em andamento. Contudo, as ações na terra indígena Munduruku, no estado do Pará, foram interrompidas para reavaliação”, diz um trecho da nota.

O GLOBO enviou perguntas ao Ministério da Defesa sobre quem havia solicitado a suspensão da operação e que fatores serão reavaliados, mas até o fechamento desta reportagem, essas questões não haviam sido respondidas.

Em outro trecho, a nota diz que um grupo de representantes da região está sendo levado a Brasília para uma reunião com autoridades do governo federal. A viagem está sendo feita em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). A nota não divulgou a lista de representantes e nem os integrantes do governo com quem eles irão se encontrar em Brasília.

A suspensão das operações acontece em meio a uma tentativa do governo federal de enviar sinais a investidores internacionais de que ele está comprometido com o combate ao desmatamento e outros crimes ambientais.

No Twitter, o ministro mostrou imagens dos estragos ambientais pelo garimpo na região. "Fizemos hoje (ontem) uma grande operação de fiscalização contra garimpo ilegal na terra indígena Munduruku, no Pará, cujas imagens mostram claramente a extensão dos danos ambientais causados."

Na quarta, Salles ouviu um grupo de garimpeiros indígenas e não-indígenas que estavam reunidos no aeroporto de Jacareacanga e disse que era preciso fazer um debate "de maneira aberta" sobre a possibilidade de os índios praticarem a mineração em suas terras.

— É importante que a gente faça esse debate de maneira aberta. Parem de fazer de conta de que os indígenas não querem garimpar ou produzir lavoura, ou que não querem fazer atividades ligadas ao setor madeireiro florestal como se isso fosse verdade absoluta — disse Salles, após a reunião.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-suspende-operacao-de-combate-garimpos-ilegais-em-terra-indigena-no-para-24570846>

EL PAÍS

ECOLOGÍA

Redução da biodiversidade favorece o surgimento de novas pandemias

Estudo com milhares de espécies mostra que a transformação de terrenos selvagens para o cultivo beneficia poucos animais que abrigam muitos patógenos com potencial para saltar a humanos

DANIEL MEDIAVILLA
06 AGO 2020 - 09:32 BRT

Em 1965, o ano em que nasceu o atual diretor geral da [Organização Mundial da Saúde](#), Tedros Adhanom, a população do mundo era de 3,32 bilhões de pessoas. Delas, mais de 35% passavam fome. Durante a vida de Adhanom, o planeta chegou a 7,8 bilhões de habitantes, multiplicando por mais de dois sua população enquanto a porcentagem de famintos caiu para menos de 15%. Essa conquista teve seus custos. A transformação de milhões de hectares de terreno selvagem em terras de cultivo também tornou mais provável o salto a humanos de novas doenças. Um estudo da Universidade Brown estimou que entre 1980 e 2010 o número de surtos epidêmicos de [doenças infecciosas](#) triplicou. Outra análise viu uma ligação entre o uso de novas terras e o surgimento de doenças como a febre do Nilo e a doença de Chagas.

Ainda não está claro se esse risco maior do [salto de patógenos de animais a humanos](#) se deve a mudanças ecológicas gerais relacionadas à atividade

humana ou a situações específicas relacionadas a determinadas doenças em contextos concretos. Para tentar compreender como essas interações funcionam, uma equipe liderada pelo University College London (UCL) compilou informação de 184 estudos, que lhes permitiu analisar 6.801 grupos ecológicos com mais de 7.000 espécies, das quais 376 têm patógenos que também podem infectar humanos. Suas conclusões, publicadas nesta quarta-feira na revista *Nature*, mostram que quando a terra é transformada para cultivo, se favorecem espécies mais acolhedoras para microrganismos que podem causar doenças em pessoas.

Diante da ideia de que o vírus que provocará a próxima grande pandemia está no interior de alguma espécie exótica como o pangolim, em uma selva remota, os autores mostram que o perigo está justamente nos locais em que o entorno natural se transformou em terras de cultivo e em cidades e naqueles animais que se beneficiam dessas mudanças. O avanço humano reduz a biodiversidade e as espécies que prosperam com esse avanço, como os ratos, os estorninhos e [algumas espécies de morcegos](#), são também os melhores hospedeiros aos patógenos que podem infectar os humanos. Esse efeito também se agrava porque desaparecem outros animais aos que esses micróbios não infectam e o fazem com mais dificuldade e que significam uma barreira a sua progressão.

Estudos recentes encontraram uma relação entre a perda de biodiversidade e um aumento na transmissão de doenças. Nos EUA, se detectou uma forte correlação entre uma baixa diversidade nas aves de uma região e o aumento no risco de encefalite provocada pelo vírus do Nilo Ocidental. O motivo se atribui a que esses entornos de diversidade reduzida são dominados por espécies que amplificam a expansão do vírus e não contam com outras aves que não são tão boas hospedeiras.

Os autores, entretanto, esclarecem que o surgimento e expansão de novas doenças são problemas complexos. “Nossos resultados mostram que diferentes espécies hospedeiras e diferentes tipos de doença podem responder de maneira diferente às mesmas pressões ambientais”, diz Rory Gibb, pesquisadora do UCL e principal autora do estudo. “Por exemplo, os riscos associados a doenças de primatas podem ser superiores nas proximidades das florestas em que as pessoas têm contato mais direto com eles, mas inferior em entornos agrários, onde as doenças portadas por roedores podem significar um risco maior”, esclarece.

Uma das perguntas que ficam sem resposta é o motivo pelo qual as espécies vencedoras da irrupção dos humanos e seu apetite pelas terras de cultivo e urbanização são melhores hóspedes aos patógenos, tanto os que infectam os humanos como os que não o fazem. Como proposta, os autores colocam que

as características que fazem alguns roedores e aves adaptáveis às mudanças feitas pelos humanos, como uma vida rápida e prolífica, estejam relacionadas com seu investimento em um sistema imunológico mais tolerante com a presença de micróbios.

Sobre o caso concreto da [covid-19](#), os autores reconhecem que não há provas de que o uso da terra tenha alguma influência em sua aparição, mas isso não significa que não tenha ocorrido em outras epidemias anteriores e que possa vir a ter no futuro. Nos próximos anos, [o aumento da população continuará](#) e com ele a necessidade de transformar terras e o risco de vírus passando de animais a humanos. Gibb e seus colegas reconhecem essa necessidade e propõem incidir em alguns fatores controláveis. “Esses fatores são geralmente socioeconômicos e incluem a forma de conseguir o sustento, a qualidade das moradias, o acesso à água limpa e saneamento e o acesso à saúde”, afirma Gibb. “É sempre possível reduzir esses riscos, melhorando o acesso à saúde e investindo em moradias de qualidade e boa infraestrutura”, conclui.

Em um artigo publicado na revista *Science* em 24 de julho com Andrew Dobson, da Universidade Princeton (EUA) como principal autor, se propunha um esforço de 20 a 30 bilhões de dólares (106 a 160 bilhões de reais) anuais para prevenir o desmatamento e regulamentar o comércio com animais selvagens como estratégia para reduzir a probabilidade de novas pandemias. Todos os anos, dois novos vírus que antes só infectavam animais passam aos humanos e essas medidas de controle, além de oferecer benefícios aos ecossistemas de todo o planeta e às populações humanas que vivem nas regiões em que o desmatamento é mais acelerado, podem reduzir a probabilidade de que essas transmissões ocorram.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-08-06/reducao-da-biodiversidade-favorece-o-surgimento-de-novas-pandemias.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200807

EL PAÍS

[QUEIMADAS NO PANTANAL](#)

Devastação da Amazônia prejudica chuvas e ajuda Pantanal a bater recorde de queimadas

Apesar da distância, a floresta tropical é responsável pela dinâmica das chuvas no bioma que se estende pelo Centro-Oeste. Focos de incêndios na zona em julho foram os maiores desde 1988

GIL ALESSI
SÃO PAULO - [05 AGO 2020 - 18:44 BRT](#)

A Amazônia [não é o único bioma brasileiro que está ameaçado](#). Enquanto a maior floresta tropical do mundo registrou [recorde de queimadas em junho](#) — além de aumento em julho e um crescimento acumulado de 25% no semestre — o Pantanal teve em julho o maior número de focos de incêndios desde 1998, início do registro da série histórica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Foram 1.684 queimadas registradas ante 494 no mesmo mês em 2019, aumento de 3,4 vezes. O bioma é a maior planície alagada do mundo, e se estende pelo [Mato Grosso do Sul](#), Mato Grosso, e pelos vizinhos Paraguai e Bolívia. Também é habitat de milhares de espécies, algumas exclusivas do local.

O aumento da devastação do bioma tem relação com uma [forte estiagem registrada no primeiro semestre](#) deste ano, o que facilita a propagação das chamas: choveu um volume 50% menor nos primeiros meses do ano. E esta falta de chuvas pode ter relação com o que ocorre há milhares de quilômetros dali. Apesar da distância, especialistas apontam para uma ligação entre o que acontece na maior floresta tropical do mundo e no Pantanal. “Existem muitos estudos no Brasil que mostram como a [umidade que sai da Amazônia abastece outras regiões do país](#), no Centro Oeste, Sudeste e Sul”, explica Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Isso se dá por um fenômeno conhecido como [rios voadores](#): “Em função de ventos alísios [que formam uma espécie de ciclo] e da cordilheira dos Andes, estes rios voadores empurram a umidade da transpiração da floresta para baixo. Quando há uma estação mais seca na floresta ou um aumento do [desmatamento](#) ocorre desequilíbrio desses rios voadores e de todo o sistema hidrológico envolvido”, explica Astrini. A consequência seria uma redução nas chuvas e na umidade no Pantanal, o que favorece a proliferação de incêndios.

Na linha de frente do combate às queimadas na região está Alexandre Pereira, analista ambiental do [Ibama](#) que atua no programa de combate ao fogo da entidade, conhecido como Prevfogo. “Este ano está sendo atípico com relação às [questões climáticas](#), com chuvas abaixo da média e temperaturas acima”, afirma. Ele explica que uma das consequências disso é uma alteração no regime de cheias e vazantes do Pantanal: “Este ano vemos uma cheia muito baixa, uma das menores desde a década de 1970, quanto o bioma viveu uma grande seca”. Isso cria “um cenário perfeito para os grandes incêndios florestais”, diz.

A situação da Amazônia também é vista como um fator que influencia a devastação do Pantanal, segundo Pereira. “O desmatamento da floresta tem reflexo sobre a dinâmica aqui, uma vez que as chuvas provocadas pelos rios

voadores regulam as cheias desta região”, diz. O analista aponta que já se observa um desregramento do regime de chuvas no local, com um volume grande de pluviometria se concentrando em poucos dias. “Este volume grande de chuva caindo em um curto espaço de tempo não permite que o solo absorva a água e alimente o lençol freático. Então ela escoar”, afirma.

Os especialistas ouvidos pela reportagem são unânimes em apontar que praticamente todos os incêndios no bioma este ano tem origem humana, uma vez que fogos provocados por descargas elétricas estão descartados tendo em vista a não formação de nuvens de chuva nos últimos meses. Então quem são os responsáveis pelas queimadas? “Culturalmente no Pantanal, a exemplo do que houve em 2019, a imensa maioria delas são causadas por [renovação de pasto em grandes propriedades rurais](#)”, explica André Siqueira diretor-presidente da [ECOIA](#), uma organização não-governamental voltada para a proteção sócioambiental. Ele aponta que há uma tentativa do Governo de tentar imputar a devastação às comunidades ribeirinhas, mais vulneráveis socialmente, “como se fosse possível que sejam as roças de subsistência que estão por trás de todos estes incêndios”. [O presidente Bolsonaro chegou a acusar](#), no final do ano passado, as ONGs pela devastação da Amazônia.

A ‘boiada’ que o Governo deixa passar

Já prevendo uma situação dramática na Amazônia e no Pantanal e enfrentando críticas até mesmo de grandes empresas e bancos pela condução da política ambiental, o Governo proibiu em 16 de julho queimadas nas duas regiões por até 120 dias. De acordo com o texto, assinado pelo ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), “ficam autorizadas as queimas controladas em áreas não localizadas na Amazônia Legal e no Pantanal, quando imprescindíveis à realização de práticas agrícolas, desde que autorizadas previamente pelo órgão ambiental estadual”. O teor se sobrepõe a uma lei estadual do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso que já proíbe queimadas nos Estados neste período.

Apesar deste passo no sentido de controlar a devastação dos biomas brasileiros, Salles tentou alterar a meta de redução de desmatamentos e incêndios ilegais no início de agosto, [segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo](#). O plano plurianual do Governo, com validade até 2023, previa redução de 90% da devastação. Depois de propor a troca deste objetivo por outras metas que delimitavam a diminuição das queimadas a certas áreas, o ministro deu sinal de que recuou da ideia, criticada por ambientalistas e partidos de oposição. A polêmica fez com que até a pasta comandada por [Paulo Guedes](#) se manifestasse sobre o assunto: “O Ministério da Economia lembra que o Brasil já tem meta de redução de 100% do

desmatamento ilegal até 2030, previsto na nossa NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), a qual está mantida”. Ainda não está claro, no entanto, se haverá uma redução da meta para 2023.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Fabiano Contarato (Rede-ES), usou as redes sociais para criticar a atitude de Salles. “A promessa de aproveitar a pandemia para ‘passar a boiada’ [frase dita por Salles em uma reunião ministerial feita pública, [em referência ao desejo de mudar regras ambientais](#) durante a emergência sanitária] está sendo cumprida: Bolsonaro entregou o patrimônio florestal nas mãos de criminosos, grileiros, garimpeiros ilegais e desmatadores. O prejuízo ao país será irreversível!”, escreveu.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-05/devastacao-da-amazonia-prejudica-chuvas-e-ajuda-pantanal-a-bater-recorde-de-queimadas.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200806

O ESTADO DE S. PAULO

Funai tenta entrar em terra indígena durante pandemia para liberar linhão, mas é impedida por índios

Linha de transmissão de energia que vai ligar Manaus a Boa Vista era para ter ficado pronta em 2015, mas impasse sobre questão indígena paralisou o empreendimento; líder dos Waimiri Atroari negou entrada para evitar contaminação pelo coronavírus

André Borges, O Estado de S.Paulo

05 de agosto de 2020 | 16h00

BRASÍLIA - No dia 29 de junho, quando o Brasil se aproximava de 60 mil mortos pela **covid-19** e já ultrapassava 1,3 milhão de pessoas infectadas pelo coronavírus, o presidente da **Fundação Nacional do Índio (Funai)**, Marcelo Xavier, mandou uma carta para os índios Waimiri Atroari, de **Roraima**, em que afirmou que compreendia a necessidade de isolamento imposta pela doença, mas que não dava mais para esperar o surto passar e que sua equipe tinha de entrar na terra indígena.

O presidente da Funai, ainda sem saber que, apenas nove dias depois, contrairia covid-19, argumentou aos índios Waimiri Atroari que suas lideranças tinham que permitir a entrada de funcionários nas aldeias para dar continuidade ao licenciamento ambiental da linha de energia que pretende ligar **Manaus (AM)** a **Boa Vista (RR)**.

Seu objetivo era enviar tradutores do estudo de impacto ambiental para dentro da terra indígena, para que o material fosse traduzido para o “kinja iara” (língua de gente), a língua dos Waimiri. Roraima é hoje o único Estado do Brasil que não está conectado ao

sistema interligado de transmissão de energia, e o presidente **Jair Bolsonaro** cobra a liberação desde que entrou no Palácio do Planalto.

Na carta de uma página à qual o **Estadão** teve acesso, o presidente da Funai admite que “a intenção inicial era de que se aguardasse o fim da pandemia para dar início aos trabalhos de tradução”. No entanto, prossegue, “deve-se levar em consideração que, diante da incerteza do prazo para o fim da pandemia, estamos buscando novas alternativas para podermos dar continuidade aos trabalhos”.

Marcelo Xavier argumentou que seus funcionários tomariam medidas de segurança para evitar o contágio, mas aproveitou para destacar que a ausência da linha, conforme apontado pelo governo em um relatório do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, custava R\$ 133 milhões por mês ao consumidor de energia de todo o País, porque Roraima tinha de ser iluminada com usinas térmicas locais, movidas a óleo, que são mais caras.

“Desse modo, quando findada essa pandemia que assola todo o País, todo o material necessário para análise já estará traduzido”, afirmou Xavier, no documento.

Isolamento por mais 60 dias

A resposta dos Waimiri Atroari, povo que reúne cerca de 2,1 mil indígenas, chegou no dia 24 de julho, com um retumbante “não”. Na carta, também obtida pela reportagem, o presidente da Associação Comunidade Waimiri Atroari, Mario Parwe Atroari, deixa claro que seu povo não abrirá mão do isolamento social. “Não vemos novas alternativas eficientes que impeçam essa doença de chegar à terra indígena Waimiri Atroari, senão o isolamento social e respeito à quarentena”, afirma.

Ele responde ao presidente da Funai que as cidades que fazem limite com a terra indígena somavam mais de mil contaminações naquele momento, mas que o vírus ainda não tinham sido confirmado em nenhum indígena de suas aldeias, devido à adoção rígida do isolamento.

Os indígenas lembram ainda que o próprio presidente da Funai, que pede para funcionários entrarem em suas terras, havia sido contagiado pelo vírus. “Chegou até nós a notícia que o senhor e outros membros de sua equipe da Funai foram contagiados pela covid-19, mesmo com todos os cuidados que sabemos que o senhor toma. Como o senhor mesmo agora pode ver, essa doença é perigosa e, para gente, ela é muito mais ainda.”

Ao comentarem os prejuízos financeiros mencionados pelo presidente da Funai, os Waimiri afirmaram que Marcelo Xavier teve a preocupação de destacar a necessidade de “garantir o abastecimento do mercado de energia em Roraima, com segurança, eficiência e sustentabilidade”, mas deixou de mencionar “a preocupação com a saúde do nosso povo”. “É como se não existíssemos!”, afirmam os índios.

Na rejeição do pedido, os Waimiri relembram fases catastróficas vividas por seu povo na década de 1970, durante a abertura da BR-174, em Roraima, quando muitos morreram por causa de um surto de sarampo, e afirmam que a decisão de suspender a entrada de pessoal de fora nas áreas foi tomada em 16 de março, baseada em determinação médica. A decisão deverá prosseguir por, pelo menos, mais 60 dias.

Questionada pela reportagem, a Funai declarou, por meio de nota, que “pediu ao povo Waimiri Atroari para dar continuidade ao protocolo de consulta, respeitando todas as medidas de segurança para que não houvesse riscos à comunidade e o processo fosse continuado, tendo em vista o isolamento energético do estado de Roraima, que já perdura por muitos anos”.

A Funai afirmou que “está atendendo a todos os protocolos de consulta sem colocar os indígenas em situação de risco e buscando não interromper o diálogo com a etnia”.

“A fundação esclarece ainda que o empreendedor (**Transnorte Energia**) se dispôs a qualquer alternativa necessária para proporcionar a logística segura dos tradutores. A intenção é realizar a tradução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI), para posterior distribuição do documento a todo o povo Waimiri Atroari.”

Histórico

Por trás da motivação de Marcelo Xavier para retomar os estudos presenciais em plena pandemia está a pressão total do governo sobre esse projeto. Bolsonaro já cobrou a liberação das obras diversas vezes e o ministro de **Minas Energia**, Bento Albuquerque, declarou em inúmeras ocasiões que a obra iria começar, o que não teve autorização até hoje.

Leiloadada em setembro de 2011, a linha de transmissão Manaus-Boa Vista tinha prazo de três anos para ficar pronta, com entrada em operação prevista para janeiro de 2015. O impasse sobre a questão indígena, no entanto, paralisou o empreendimento, que corta a terra demarcada dos Waimiri.

Do total de 721 km do traçado previsto para ser erguido ao lado da BR-174, rodovia que liga as duas capitais, 125 km passam dentro da terra indígena, onde vivem mais de 2,1 mil índios em 56 aldeias.

Os povos indígenas não são contra o projeto, mas exigem que sejam consultados e que tenham seus pedidos atendidos por causa dos impactos ambientais. Na fase atual, eles aguardam a tradução do estudo de impacto ambiental para dar prosseguimento à execução do projeto.

Em julho do ano passado, reportagem do **Estadão** revelou que a concessionária Transnorte Energia, que venceu o leilão da linha, chegou a apresentar um **pacote de indenizações ao povo kinja, como são conhecidos os indígenas Waimiri Atroari, no valor total de R\$ 49,635 milhões.**

No estudo, a empresa afirmava que tinha identificado 37 impactos da obra nas terras indígenas. Havia ainda outros 27 impactos considerados irreversíveis, com reflexo constante à população indígena. Não houve avanço, porém, para a conclusão do processo. O parecer definitivo do presidente da Funai sobre o licenciamento só ocorrerá depois da consulta às comunidades indígenas.

Contaminações entre indígenas

Dados coletados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) mostram que, até esta quarta-feira, 5, já foram confirmadas 633 mortes de indígenas pela covid-19 em todo o País, além de 22.325 casos de contaminações, com 148 povos afetados. Na maioria dos casos, segundo a Apib, as contaminações ocorreram quando equipes da

Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, acessaram as terras.

“Estamos enfrentando o descaso do Estado, lutando pelo direito de viver enquanto socorremos os contaminados e celebramos o legado daqueles que não sobreviveram ao novo coronavírus”, afirma a instituição.

Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,funai-tenta-entrar-em-terra-indigena-durante-pandemia-para-liberar-linhao-mas-e-impedida-por-indios,70003388604>

AGÊNCIA BRASIL

STF mantém decisão para que governo adote proteção a indígenas

Ministros referendaram liminar de Luís Roberto Barroso

Publicado em 05/08/2020 - 18:01 Por André Richter - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (5) referendar a decisão individual do **ministro Luís Roberto Barroso** que determinou ao governo federal a adoção de uma série de medidas para conter o contágio e as mortes por covid-19 entre os indígenas.

Entre as medidas estão a manutenção de barreiras sanitárias para proteger a população indígena isolada da contaminação e a criação de um comitê para acompanhamento das ações durante a pandemia.

No dia 8 de julho, Barroso atendeu a um pedido de liminar da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e dos partidos PSB, PSOL, PCdoB, PT, Rede e PDT para determinar as medidas.

Na decisão, Barroso reconheceu a atuação das Forças Armadas e do Ministério da Saúde, por exemplo, na distribuição de cestas básicas, suprimentos e materiais de saúde a diversas comunidades indígenas, entre outras ações. O ministro, contudo, entendeu ser necessário determinar ao governo a adoção de medidas adicionais que não estariam sendo implementadas.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-08/STF-mantem-decisao-para-que-governo-adote-protecao-a-indigenas>

Exército sabia dos pontos de maior risco de devastação da Amazônia, mas falhou no combate

Desmatamento foi recorde em junho, apesar de operação liderada por militares. Técnicos do Ibama, sob anonimato, dizem que comando erra ao usar ferramenta inédita do INPE. Defesa rebate

GIL ALESSI

SÃO PAULO - [03 AGO 2020 - 18:20 BRT](#)

A operação de grandes proporções começou em maio. Sob a batuta do vice-presidente e general da reserva [Hamilton Mourão](#), 3.815 militares, 110 veículos terrestres, 20 embarcações e 12 aeronaves foram despachados para a Amazônia. Com o objetivo de [prevenir e reprimir delitos ambientais](#) antes do grande período tradicional de queimadas, a ofensiva, batizada de Operação Verde Brasil 2, visava também ser uma resposta aos críticos que acusam o Governo Bolsonaro de negligenciar e, no limite, incentivar de maneira tácita, a destruição da selva.

Para além do contingente e dos veículos, os militares que comandavam a ação estavam munidos de dado estratégico e inédito: tinham um mapa das cinco áreas críticas que concentraram quase 45% do desmatamento total da floresta amazônica em 2020, um traçado feito com o auxílio de imagens de quatro satélites, tudo disponibilizado desde fevereiro pelo [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais](#) (Inpe). A iniciativa, elaborada em parceria com o Ibama, foi batizada de Deter-Intenso: a cada 24 horas é gerada uma imagem com definição de 10 metros quadrados mesmo com a presença de nuvens, o que permite avaliar a evolução dos focos de desmatamento e queimadas de forma sem precedentes. Uma ação efetiva de fiscalização nestes cinco pontos, cuja área representa 9% da Amazônia Legal, se traduziria em mais floresta em pé. Não foi o que ocorreu.

O desmatamento e as queimadas [registraram recorde histórico em junho](#). Em julho, nova alta de 28%, com 6.803 focos de incêndio ante 5.318 em 2019. Além disso, houve aumento de 25% no [desmatamento](#) acumulado do semestre em comparação com o mesmo período de 2019: os alertas feitos a partir das imagens de satélite indicam devastação em 3.069,57 km², contra 2.302,1 km² no ano anterior. Para quatro [fiscais do Ibama](#) envolvidos direta ou indiretamente com a Operação Verde Brasil 2 — todos tiveram a identidade preservada para evitar retaliações, uma vez que estão subordinados ao Exército —, há razões claras para o descompasso entre a precisão da

ferramenta nova e os resultados obtidos: os militares falharam no desenho e na execução das ações.

Os relatos colhidos pela reportagem apontam para a falta de efetividade dos militares na escolha dos alvos. Ainda que atuem dentro da área delimitada pelos pontos críticos (*hotspots*) do novo sistema de monitoramento do Inpe-Ibama, o comando está, segundo os fiscais, priorizando ações que não atacam diretamente focos de desmatamento e queimadas ativos, como por exemplo bloqueios em rodovias e apreensão de toras já derrubadas. [Os garimpos ilegais](#), grandes vilões ambientais, também são poupados. Os servidores do Ibama apontam também para a falta de experiência do Exército na fiscalização. Criticam o foco em ações de patrulhamento e apreensões de madeira que não são efetivos para a preservação da Amazônia.

Indagado sobre o aumento no desmatamento, o Ministério da Defesa informou em nota que a operação “já contabiliza números expressivos”. “Foram realizadas 16.104 inspeções, patrulhas, vistorias e revistas, e a inutilização de 107 equipamentos como motores de garimpo, balsas, tratores, escavadeiras, veículos, entre outros (...)”, diz o texto. A nota também celebra 345 embarcações e 174 veículos apreendidos, 372 quilos de drogas e 28.000 metros cúbicos de madeira. “Foram ainda embargados 33.012 hectares e realizadas 153 prisões”, continua a pasta.

Apesar do tom otimista da nota da Defesa, o próprio vice-presidente afirma que o desmatamento da Amazônia estava “além daquilo que pode ser considerado como aceitável”. “A gente não nega que houve desmatamento além daquilo que pode ser considerado como aceitável, ou seja, dentro dos 20% de cada propriedade rural e fora das unidades de conservação e terras indígenas”, afirmou no dia 13 de junho, após a divulgação dos dados do Inpe.

Limitação das ações

Sob o comando dos militares, os fiscais do Ibama que também integram a Verde Brasil 2 reclamam que tinham pouca margem de manobra [para agir](#), mesmo de posse das informações precisas do sistema Deter-Intenso e uma lista de *hotspots*. “Nós do Ibama sabíamos quais eram as áreas, os *hotspots*, e até fomos direcionados para alguns. Mas como a coordenação era do Exército, a gente propunha os alvos e eles que tinham que aprovar. O que observei: os garimpos ficaram de fora sempre, na hora que submetemos os alvos, todos eles foram cortados”, conta um fiscal sob condição de anonimato.

De acordo com esse fiscal, essa resistência do comando da Verde Brasil 2 a atacar focos de mineração ilegal ocorre por dois motivos: “São locais onde

existe muito maquinário em locais isolados, logo teria que ser usado o procedimento de destruição. E eles deixaram claro que não queriam se ver atrelados a estas ações, ainda que amparados por lei”. Além disso, “existe a postura do presidente [Jair Bolsonaro](#)”, diz o fiscal. Ele se refere ao fato do mandatário [ser crítico da repressão aos garimpos ilegais](#) e da destruição de seus equipamentos.

Os servidores do Ibama ouvidos pela reportagem são unânimes ao avaliar que apesar de ser um grande aliado no apoio logístico de operações contra crimes ambientais, o Exército não tem vocação nem treinamento para fiscalizar. “Eles são um grande parceiro em várias operações já há alguns anos. Mas [na Verde Brasil] existe uma falta de objetivos sobre o que está sendo feito em campo, como se fiscalizar fosse manter presença, patrulhar, girar. Fiscalizar não é uma simples patrulha, não gera dissuasão no caso ambiental”, explica um fiscal. “O que gera dissuasão [é ter a punição levada a cabo](#). Fiscalizar não é fazer uma ronda ostensiva: isso tem um efeito muito temporário e localizado. Você está em uma cidade, os criminosos ambientais vão pra outra, a patrulha acaba eles voltam”.

O critério do Ibama na escolha de alvos também era diferente dos do Exército. “Nós priorizamos sempre desmatamentos em andamento [detectados pelo Deter-Intenso]. Eles muitas vezes focam nos números. Apreensão de caminhões com tábuas ou toras de madeira, por exemplo. Só que isso, montar bloqueios nas estradas, não impede a devastação da floresta. É algo que nós fazíamos dez anos atrás”, disse o fiscal.

A reportagem também questionou o [Ministério da Defesa](#) sobre a escolha dos alvos da operação. Em nota, a pasta informou que isso “é decidido no âmbito do Grupo de Integração para proteção da Amazônia”. “Este colegiado reúne onze órgãos governamentais, entre agências ambientais e órgãos de segurança pública”, segue o texto. Ainda segundo a Defesa, dados do Deter-Intenso são utilizados, juntamente com outras informações, para subsidiar as escolhas dos alvos. De acordo com a pasta foram realizadas ações em quatro dos cinco *hotspots* monitorados, mas não foi informado qual o tipo de ação desenvolvido em cada um (barreira em estrada, apreensão de drogas, etc).

Evolução do monitoramento

Os dados recentes do desmatamento são decepcionantes, especialmente considerando o imenso avanço do monitoramento agora à disposição do Governo brasileiro. Para entender a dimensão, é preciso analisar a evolução dos métodos utilizados: o Deter-Intenso foi um aprimoramento do [Deter](#), que monitora toda a região amazônica e outros biomas ameaçados com geração de

imagens a cada cinco dias (ante intervalos de 24 horas da nova versão). “Para essas áreas onde há demanda maior [os *hotspots*] desenvolvemos essa solução. Isso é um avanço enorme na questão do monitoramento, pois permite direcionar de forma precisa o deslocamento de equipes de fiscalização. Mostramos aquilo que está crescendo, para que a fiscalização possa agir”, explica o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Cláudio Aparecido de Almeida.

No total o Deter-Intenso monitora cinco áreas críticas: Anapu e Novo Progresso, no [Pará](#); Apuí no Amazonas, Candeias do Jamari (Amazonas e [Rondônia](#)) e Extrema (Acre e Rondônia), totalizando 485.000 km² (aproximadamente 9% da área da Amazônia Legal). A seleção dos locais foi feita com base em um documento do Ibama elaborado no final de 2019, e que listava dez *hotspots*. Indagado sobre a razão de não ter ocorrido queda no desmatamento tendo em vista o material produzido pelo Deter-Intenso somado ao efetivo da Verde Brasil 2, Cláudio de Almeida, do Inpe, afirmou que “a queda do desmatamento está associada a condução de várias políticas públicas, como por exemplo programa de valorização da floresta, a fiscalização em campo e o monitoramento. Dentre essas ações o Inpe é responsável pelo monitoramento”.

Um caso de sucesso do Ibama

Quando foi lançada em maio, os números da Verde Brasil 2 impressionaram: além do efetivo de quase 4.000 agentes e veículos, chamou atenção o custo de 60 milhões de reais, [praticamente o Orçamento anual do Ibama](#) para fiscalização. Este valor ainda pode aumentar: o Governo elaborou um projeto de lei que pede mais 410 milhões de reais para serem aplicados na Verde Brasil 2, prorrogada até novembro deste ano.

Apesar dos grandes recursos humanos, financeiros e tecnológicos a seu dispor, o grande exemplo de sucesso no combate à devastação da Amazônia este ano não foi dado pela Verde Brasil 2, e sim por uma operação do Ibama realizada entre 15 de janeiro e 30 de abril. A região escolhida foi o sul do Pará, na proximidade de Altamira, área que concentra três terras indígenas —Ituna-Itatá, Apyterewa e Trincheira Bacajá. A situação no local era dramática: em uma das terras os grileiros chegaram a construir uma pequena vila para atrair mais invasores, havia até mesmo um barracão com tanques para armazenar combustível de aeronaves. “Estas terras [indígenas foram as mais desmatadas do Brasil](#) em 2019, de acordo com as imagens de satélites. Lá havia vários focos de desmatamento ativos”, conta um fiscal do Ibama que participou da ação. O objetivo era ousado: zerar a devastação nos locais.

O efetivo era modesto quando comparado aos números da Verde Brasil 2: atuaram de 7 a 10 fiscais por mês, totalizando aproximadamente 40 profissionais. O baixo custo também chama a atenção: somadas as diárias do fiscais do Ibama (que são de 177 reais), chega-se a um valor de 212.400 reais. Com o custo do uso de duas aeronaves, chega-se a 1,5 milhão de reais. O resultado também diferiu do alcançado até o momento pela operação do Exército: “Nós zeramos o desmatamento na região no período em que atuamos. O impacto foi tão grande que ao eliminar a devastação naquelas áreas, derrubamos em 58% o número total de desmatamento em terras indígenas no Brasil”. Mas sem uma presença efetiva das autoridades no local após a ação de sucesso, em julho a área voltou a sofrer com desmatamento ilegal, [segundo reportagem da Folha de S.Paulo](#).

Para este fiscal envolvido na operação nas terras indígenas, é preciso entender o que existe por trás da derrubada da floresta. “Hoje o desmatamento na maior parte da Amazônia Legal não está pulverizado. É uma questão de [crime organizado](#), é um avanço coordenado naqueles *hotspots*, pois há expectativa de ocupação e regularização fundiária naquela área por parte de interesses poderosos”, conta. “Quando você atua na área crítica você vai para desarticular uma organização criminosa, você desarticula toda a estrutura do crime ambiental, da usurpação de recursos e terra pública. Não vai para multar uma pessoa só”.

Se a devastação da floresta está em alta, as multas aplicadas pelo [Ibama](#) — consideradas uma das ferramentas mais eficazes para dissuadir crimes ambientais— tiveram queda de 60% nos primeiro semestre ante o mesmo período de 2019, [de acordo com a Folha de S.Paulo](#). É a segunda queda no Governo Bolsonaro: entre 2018 e 2019 já havia ocorrido redução de 40%.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-03/exercito-sabia-dos-pontos-de-maior-risco-de-devastacao-da-amazonia-mas-falhou-no-combate.html>

O ESTADO DE S. PAULO

Salles quer mudar meta prevista para 2023 de preservação ambiental da Amazônia

Em documento obtido pelo Estadão, o Ministério do Meio Ambiente propõe que objetivo de redução de desmate e incêndio em 90% seja desconsiderado nos próximos três anos; Economia considera proposta insuficiente

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O ministro do Meio Ambiente, **Ricardo Salles**, quer driblar a **meta de reduzir a devastação ambiental** no Brasil, em movimento rejeitado até dentro do governo, pelo **Ministério da Economia**. Em documento obtido pelo **Estadão**, a sua equipe propõe que o objetivo de diminuir o desmatamento e os incêndios ilegais em 90% em todo o País, previsto no Plano Plurianual (**PPA**) do governo até 2023, seja desconsiderado.

Em troca, defende-se a garantia de preservação de apenas uma área específica de 390 mil hectares de vegetação nativa na **Amazônia** por meio de um programa recém-criado, o **Floresta+ Amazônia**. Mas a proposta de Salles começou a ser questionada dentro do próprio governo.

Na prática, a meta de quatro anos proposta por ele corresponde a aproximadamente um terço do que foi desmatado no **bioma amazônico** no período de julho de 2018 a agosto de 2019 – neste período de 12 meses, a destruição total da floresta chegou a 1 milhão de hectares, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**Inpe**). A nova proposta ainda acaba com metas para os demais biomas brasileiros.

Ao negar o pedido classificado como “urgente” pela pasta de Salles, a equipe do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirma que os parâmetros de preservação até podem ser alterados, mas aponta insuficiência na alternativa apresentada.

“Tem-se que a meta proposta para o combate ao desmatamento e incêndio florestal no País objetiva proteger 0,07% da cobertura florestal amazônica com um projeto piloto de pagamento de serviços ambientais da floresta. Dessa maneira, acreditamos que o Programa Floresta+ é relevante, porém insuficiente”, destaca nota técnica. O programa citado foi lançado recentemente e ainda está em fase embrionária.

A investida de Salles para reduzir meta de preservação ocorre no momento em que o governo **Jair Bolsonaro** (sem partido) é criticado por ambientalistas e cobrado por investidores para reagir ao avanço da devastação das florestas. O argumento da equipe do ministro para trocar a redução de 90% dos danos em todos os biomas por um valor absoluto e limitado à **Amazônia** é de que objetivo original seria amplo. A meta atual, no entanto, foi aprovada em dezembro de 2019 pelo **Congresso** e sancionada pelo presidente **Jair Bolsonaro**.

Absurdo

O objetivo que Salles deseja derrubar foi inserido no **PPA** por meio de emendas de parlamentares e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. “Poderia até diminuir um pouco, porque o ministério não vai conseguir os 90%. Sequer há um plano de combate ao desmatamento. Mas o que eles estão propondo é absurdo”, disse o deputado **Rodrigo Agostinho** (PSB-SP), presidente do colegiado até 2019. Para ele, o Programa Floresta+, além de inicial, tem pouca transparência. “Ninguém sabe como vai ser feito, quem vai receber o dinheiro, como vai ser nos anos seguintes, onde vai ser aplicado.”

No ofício do **Meio Ambiente**, enviado em 10 de julho, o “número 2” de Salles, o secretário executivo **Luís Gustavo Biagioni**, afirma que não existem indicadores para “mensurar os resultados” em todo o País, o que torna impossível saber quanto seria necessário preservar para alcançar a meta. “Os dados anuais e oficiais de monitoramento do desmatamento existem somente para os biomas Amazônia e Cerrado”, diz o documento obtido pelo **Estadão**. No ofício, a pasta afirma que “a qualificação do desmatamento entre ilegal e legal todavia não se encontra disponível”.

Em 21 de julho, o pedido voltou à pasta de Salles com manifestação contrária da equipe econômica à mudança sugerida. “A meta ora proposta não é suficiente para a abrangência do programa”, afirmou nota técnica da Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. O documento ainda aponta que a janela certa para discutir mudanças no **PPA** será aberta em meados de agosto e, mesmo com poder para mudar metas, a Economia teria de tomar a decisão de forma transparente, avisando o Congresso.

A equipe de **Guedes** também disse até concordar que o texto pode ser alterado, desde que a proposta seja mais abrangente. “Talvez seja o caso de se adotar meta mais abrangente e envolver outros órgãos no programa, transformando-o em multissetorial. Em suma, o desenho deste programa terá de ser discutido no processo de revisão do PPA 2020-2023, previsto para ocorrer a partir de meados de agosto de 2020”, diz nota da Economia.

Para Mariana Mota, coordenadora de políticas públicas do **Greenpeace**, “nivelar por baixo” a meta de redução de desmatamento cria ainda mais constrangimentos internacionais ao Brasil”. “As escolhas do governo só nos levam para o enfraquecimento da capacidade dos órgãos, estruturas e equipes responsáveis pela proteção e preservação do meio ambiente operarem no País.”

Questionado sobre o pedido de mudança de objetivos de conservação de biomas, o **Ministério do Meio Ambiente** disse que “acordou com a Economia apenas o detalhamento e a transversalidade da meta”. A pasta não explicou a razão da alteração e se há risco de o objetivo tornar-se muito limitado.

Disponível em: <https://sustentabilidade.estado.com.br/noticias/geral,salles-quer-mudar-a-meta-oficial-de-preservacao-ambiental-da-amazonia,70003386376>

O GLOBO

'É inaceitável a inação do governo federal em relação a invasões em terras indígenas', diz Barroso

Ministro também disse que o papel do Brasil é importante para mostrar para a comunidade mundial como se cria uma economia sustentável

Carolina Brígido

03/08/2020 - 18:41 / Atualizado em 04/08/2020 - 07:13

BRASÍLIA — O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou do governo federal nesta segunda-feira uma atitude para conter as invasões de terras indígenas. A declaração foi dada no julgamento de uma ação que pede a [proteção de áreas indígenas para evitar o contágio com o coronavírus](#). No plenário, Barroso confirmou a liminar concedida em julho para [instalar de barreiras sanitárias](#) que impeçam o ingresso de pessoas nas tribos isoladas ou de contato recente.

— A remoção dos invasores das terras indígenas é medida imperativa, imprescindível e é dever da União. É inaceitável a inação do governo federal em relação a invasões em terras indígenas. Inclusive porque essas invasões vêm associadas a prática de diferentes crimes ambientais, não apenas um oferecimento de grave risco para os indígenas. Essas invasões são para a prática de crimes, como desmatamento, queimadas, como a extração ilegal de madeira e a degradação da floresta — disse Barroso.

O ministro também disse que o papel do Brasil é importante para mostrar para a comunidade mundial como se cria uma economia sustentável.

— Não é pequena a consequência da degradação e do desmatamento. O mundo não está nos olhando horrorizado por acaso, é porque há consequências para o ciclo da água, para a biodiversidade, para a mudança climática. Eu espero que, com grande atraso, mas não tarde demais, o Brasil tenha, pela sua sociedade e pelo seu governo, acordado para a importância do papel que nós representamos para o mundo e o dever que temos de criar uma economia sustentável, sobretudo para a Amazônia, para que a preservação da floresta de pé valha mais do que a ambição de derrubá-la — declarou.

Apenas Barroso votou nesta segunda-feira. Os outros dez votos são aguardados para a sessão de quarta-feira. A ação foi apresentada por partidos e pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) no dia em que o presidente Jair Bolsonaro [vetou trechos da lei de proteção aos povos indígenas contra a Covid-19](#).

Na liminar de julho, Barroso determinou que o governo adotasse cinco medidas para proteger os índios. O ministro considerou vago o plano de contingência, elaborado anteriormente. Entre as determinações de Barroso estão: criar uma sala de situação para gerenciar o combate à pandemia entre esses povos com participação de indígenas; fixar medidas para conter invasores nas aldeias; e garantir o acesso ao sistema de saúde para indígenas que vivem também em áreas não homologadas.

A primeira reunião da sala de situação, com representantes dos indígenas e do governo, ocorreu no dia 17 de julho. Em seguida, os indígenas reclamaram ao Supremo no tratamento humilhante que teriam recebido do governo.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/e-inaceitavel-inacao-do-governo-federal-em-relacao-invasoes-em-terras-indigenas-diz-barroso-1-24564914>